

PÂNICO MORAL E ASCENSÃO CONSERVADORA: A MANIPULAÇÃO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” PELA EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA

*MORAL PANIC AND CONSERVATIVE ASCENSION: THE MANIPULATION OF “GENDER IDEOLOGY”
BY THE BRAZILIAN FAR-RIGHT*

Lívia Victória Warol Carneiro¹

Resumo: este artigo examina as estratégias discursivas e políticas da extrema-direita brasileira, com foco na instrumentalização de “pânicos morais” para promover a “ideologia de gênero” como uma ameaça à ordem moral tradicional. A análise investiga como esses discursos são mobilizados para influenciar os três poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – e para consolidar uma agenda conservadora que busca restringir direitos fundamentais, particularmente os direitos das populações LGBTQIA+. A pesquisa se baseia em uma revisão teórica crítica e na análise de discursos políticos e legislativos recentes, explorando como a construção da “ideologia de gênero” serve para demonizar as pautas progressistas e promover a violência simbólica e física contra minorias. Através dessa análise, o artigo conclui que a política moral da extrema-direita é uma ameaça significativa à democracia, aos direitos humanos e à laicidade do Estado no Brasil, demandando vigilância e resistência.

Palavras-chave: Extrema-direita; pânico moral; ideologia de gênero; política moral; direitos LGBTQIA+.

Abstract: this article examines the discursive and political strategies employed by the Brazilian far-right, focusing on the instrumentalization of “moral panics” to promote “gender ideology” as a threat to traditional moral order. The analysis investigates how such narratives are mobilized to influence the three branches of government – Executive, Legislative, and Judiciary – with the aim of consolidating a conservative agenda that seeks to restrict fundamental rights, particularly the rights of LGBTQIA+ populations. The research is based on a critical theoretical review and the analysis of recent political and legislative discourses, exploring how the construction of “gender ideology” serves to demonize progressive agendas and promote symbolic and physical violence against minorities. Through this analysis, the article concludes that the far-right’s moral politics poses a significant threat to democracy, human rights, and state secularism in Brazil, demanding vigilance and resistance.

Keywords: Far-right; moral panic; gender ideology; moral politics; LGBTQIA+ rights.

1 INTRODUÇÃO

O cenário político-social contemporâneo no Brasil, assim como em diversas partes do mundo, tem sido marcado pela ascensão da extrema-direita e de movimentos neoconservadores e neofascistas. Essa dinâmica impõe desafios significativos às democracias liberais, instrumentalizando estratégias retóricas e políticas que visam consolidar poderes autoritários e suprimir direitos fundamentais.

Uma das estratégias centrais desses movimentos tem sido a mobilização de pânicos morais em torno da chamada “ideologia de gênero”. A “ideologia de gênero” é um artefato discursivo forjado no interior de uma lógica de pânico moral e não possui base acadêmica consistente ou corresponde a um conjunto de doutrinas estruturadas. No Brasil, essa

¹ Graduanda em Geografia pela UFV, desenvolve pesquisas em Geografia Humana, Ciências Sociais e práticas de licenciatura, com foco em ensino, cotidiano e produção do espaço.

construção é utilizada por setores conservadores religiosos e políticos como ferramenta de controle social e de capitalização eleitoral, buscando consolidar uma agenda conservadora que visa restringir direitos fundamentais, particularmente os direitos das populações LGBTQIA+.

Este artigo tem como objetivo analisar as complexas interconexões entre a ascensão da extrema-direita, a instrumentalização da "ideologia de gênero" como pânico moral, e seus impactos nas lutas por direitos humanos e na vida das comunidades LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo. Outro objetivo é investigar como a "ideologia de gênero" tem sido manipulada como instrumento político pela extrema-direita brasileira, a partir da mobilização de pânicos morais que legitimam projetos de dominação cultural, censura e repressão. A análise investiga como esses discursos são mobilizados para influenciar os três poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – com o intuito de restringir direitos.

A análise explora como a construção da "ideologia de gênero" serve para demonizar as pautas progressistas e promover a violência simbólica e física contra minorias. Parte-se da hipótese de que a cruzada antigênero representa uma das principais frentes do autoritarismo contemporâneo, articulando moralismo, racismo, colonialidade e neoliberalismo.

Para tanto, mobiliza-se uma abordagem teórico-crítica ancorada especialmente nas obras de Judith Butler, Cas Mudde, Umberto Eco e Aníbal Quijano, articulando os conceitos de performatividade, discurso de ódio, colonialidade do poder e ur-fascismo.

Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se em revisão teórica crítica e análise discursiva de pronunciamentos políticos, legislações e reportagens veiculadas entre 2015 e 2024 no Brasil. Foram selecionados documentos que exemplificam a mobilização do conceito de "ideologia de gênero" por agentes da extrema-direita, priorizando materiais amplamente divulgados em mídias nacionais, debates parlamentares e manifestações públicas de lideranças. A análise buscou identificar padrões retóricos, estratégias de pânico moral e impactos sobre direitos fundamentais.

Logo, este artigo contribui de maneira original ao articular a análise do pânico moral em torno da "ideologia de gênero" com a ascensão da extrema-direita no Brasil, integrando perspectivas de performatividade, colonialidade do poder e estratégias discursivas contemporâneas. O Desenvolvimento será minuciosamente estruturado em seções distintas, dedicando-se à exposição aprofundada da fundamentação teórica, que abrangerá as discussões sobre a ascensão da extrema direita, os movimentos antigênero, a complexidade do discurso de ódio e as implicações da colonialidade do poder.

2 O DISCURSO DE ÓDIO E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Para explorar a complexidade do discurso de ódio e da “ideologia de gênero” usou-se a teoria da performatividade e do fantasma psicossocial, conceitos centrais na obra de Judith Butler (Butler, 2021; Butler, 2024). A análise visa aprofundar a compreensão de como essas formações discursivas operam na constituição dos sujeitos, na regulação social e na mobilização política, muitas vezes perpetuando hierarquias e suprimindo o pensamento crítico (Butler, 2024).

O discurso de ódio é examinado não apenas como uma comunicação de ideias ofensivas, mas como um tipo de fala que coloca em ação a própria mensagem que comunica, institucionalizando verbalmente relações de subordinação. Segundo Butler, este tipo de discurso, que busca constituir o sujeito em uma posição subordinada, é muitas vezes apresentado como um exercício de poder soberano (Butler, 2021). Contudo, a autora questiona a eficácia absoluta deste poder, argumentando que nenhum ato de fala performatiza uma injúria de forma definitiva, o que abre a possibilidade para o contradiscurso e a ressignificação (Butler, 2021).

Esse processo é crucial para entender a retórica da extrema-direita no Brasil. Os discursos contra a “ideologia de gênero” não são apenas um ataque ao conceito acadêmico de gênero, mas uma tentativa de estabelecer um sistema de controle que envolve censura, violência simbólica e a eliminação do pensamento crítico. A ideia de “gênero” se torna, portanto, um campo de disputa onde a ignorância e o medo se tornam ferramentas de repressão. O movimento antigênero transforma o “gênero” em uma ameaça existencial, associando-o à decadência moral, enquanto, paradoxalmente, utiliza esse discurso para justificar políticas autoritárias e a perpetuação de hierarquias de poder.

A retórica que sustenta essa construção de “gênero” como inimigo da moralidade é, como afirma Butler (2024, p. 206), intrinsecamente autoritária. Ela desconsidera a complexidade dos debates acadêmicos e de direitos humanos, preferindo uma versão distorcida que criminaliza qualquer forma de contestação, fazendo uso de figuras como a Igreja Católica para reforçar essa visão.

A teoria da performatividade, inspirada por Austin e Derrida (Austin, 1990; Butler, 2021), sugere que o discurso de ódio é iterável e que sua injúria é sempre “citada a partir de outro lugar”, recontextualizada a partir de convenções linguísticas já estabelecidas. A capacidade de a linguagem romper com seus contextos originais é uma “força de ruptura” que permite que as palavras se recontextualizem de modos mais afirmativos, abrindo possibilidades de agência. Já a censura, por sua vez, é vista como uma forma produtiva de poder, que busca moldar sujeitos de acordo com normas explícitas e implícitas, demarcando o domínio do dizível. No entanto, a tentativa de combater o discurso de ódio apenas através da censura é ineficaz, pois pode paradoxalmente fortalecer o controle estatal sobre o que pode ser dito, e até mesmo reproduzir a lógica soberana que se opõe (Butler, 2021).

A expressão “ideologia de gênero” é compreendida por Judith Butler (2024) como um fantasma psicossocial, ou seja, um fenômeno em que medos e ansiedades íntimas são coletivamente organizados para estimular paixões políticas. Esse fantasma reúne diferentes temores - da destruição ambiental à precariedade econômica, da guerra à violência policial - e os projeta sobre o gênero, desviando o olhar das verdadeiras causas desses problemas.

O movimento antigênero, orientado pelo desejo de restaurar uma ordem patriarcal idealizada, tem no Vaticano um de seus principais fomentadores. A Igreja Católica, sobretudo em seus setores mais conservadores, descreve o gênero como ameaça à segurança nacional, à civilização, à família e até à criação divina (Butler, 2024). Em pronunciamentos de Joseph Ratzinger e do Papa Francisco, o gênero foi comparado a armas nucleares, ao comunismo e ao nazismo, numa retórica de urgência moral e perigo civilizacional.

Ainda como Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Ratzinger publicou, em 2004, a Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo, em que atacava o que chamava de “ideologia de gênero”. Mais tarde, já como Papa Emérito, aprofundou a comparação entre a teoria de gênero e as “ideologias totalitárias”, por considerá-la uma tentativa de reconfigurar a natureza humana com base em construções sociais e não em fundamentos “naturais” ou divinos.

O Papa Francisco, embora adote um tom pastoralmente mais brando com a população LGBTQIA+, também condenou com veemência a teoria de gênero. Em diversos discursos, chamou-a de “colonização ideológica”, afirmando, em 2023, que se trata de “um dos pecados mais feios contra Deus criador”, por negar a diferença sexual como dom divino. Em sua retórica, chegou a compará-la ao poder destrutivo das armas nucleares, ao declarar que há uma “guerra mundial para destruir o matrimônio”, travada “não com armas, mas com ideias que colonizam”.

Essa linguagem demonizadora transforma o gênero em uma “ideologia” perigosa, sustentando uma postura anti-intelectual e autoritária que recusa o diálogo com os estudos de gênero. Ao silenciar o pensamento crítico e alimentar o pânico moral, essa retórica contribui para a erosão do debate público e a legitimação da violência simbólica e política (Butler, 2024).

FIGURA 1 – Notícia sobre o que é a Ideologia de Gênero e qual a polêmica por trás dela



Fonte: Politize (2018).

Além disso, a análise aborda a posição de feministas transexcludentes (TERFs), que, embora se oponham ao "gênero", frequentemente se alinham com as forças de direita ao insistir na "realidade material do sexo" e ao caricaturar a construção social como "falsa" ou "artificial" (Butler, 2024). Butler contrapõe essa visão com o modelo da construção conjunta, que demonstra a interação inseparável entre as dimensões biológicas e sociais na formação dos corpos generificados.

A discussão se aprofunda nos legados raciais e coloniais do dimorfismo de gênero, destacando como a binaridade de gênero e a heteronormatividade foram impostas por potências coloniais, naturalizando ideais brancos e europeus (Butler, 2024). Com a tradução e o multilinguismo, emergem práticas cruciais para contestar a hegemonia monolíngue do inglês e desvelar a complexidade do gênero em diferentes contextos culturais e linguísticos, propondo um caminho para a solidariedade anticolonial (Butler, 2024).

Em suma, tanto o discurso de ódio quanto o fantasma da "ideologia de gênero" são ferramentas autoritárias que operam através de mecanismos linguísticos e psicossociais para mobilizar o medo, suprimir a dissidência e legitimar a violência contra minorias, buscando restaurar uma ordem social hierárquica e patriarcal (Butler, 2024). A análise de Butler convoca à resistência por meio da aliança e de um imaginário poderoso e regenerativo que afirme a vida e a liberdade para todas as pessoas (Butler, 2021; Butler, 2024).

Expandindo a análise sobre a complexidade do discurso de ódio e da "ideologia de gênero", esta seção aprofunda como esses fenômenos se entrelaçam com táticas da extrema direita, legados coloniais e a performatividade da linguagem, delineando as implicações para a democracia e as estratégias de resistência.

2.1 O FANTASMA PSICOSSOCIAL DO "GÊNERO" E SUAS CONEXÕES

O conceito de "ideologia de gênero" é descrito por Judith Butler (2024) como um fantasma psicossocial. Ele reúne e desloca diferentes medos contemporâneos – como o colapso climático, a precariedade econômica, a guerra e a violência policial – para um inimigo único e totalizante: o gênero. Essa demonização simbólica impede uma reflexão lúcida sobre as verdadeiras causas da destruição e da instabilidade social.

Estados, igrejas e movimentos políticos utilizam esse fantasma para estimular o medo coletivo, convocando as pessoas a aceitar a censura e a direcionar seu ódio contra comunidades vulneráveis (Butler, 2024, p. 248). Em 2015, por exemplo, o Papa Francisco comparou a chamada "teoria de gênero" a armas nucleares e à manipulação genética, descrevendo-a como uma forma de "colonização ideológica" e até associando-a à "Juventude Hitlerista", sem explicar o que o termo realmente significa.

Essa retórica, marcada por alarmismo moral, é autoritarista e anti-intelectual. Ao rejeitar o pensamento crítico e atacar as universidades - espaços onde se formam mentes abertas e reflexivas - ela reforça o medo e inviabiliza o debate público informado (Butler, 2024, p. 238).

A narrativa antigênero emprega uma lógica associativa que une elementos díspares e contraditórios, como marxismo e hipercapitalismo, "emancipando" as pessoas da necessidade de um raciocínio racional e abrindo caminho para o fascismo (Graff; Korolczuk, 2021, p. 239). A ideia de que a exposição a um conceito como "gay" ou "gênero" equivale à doutrinação ou contágio sexual é uma fantasia do poder viral da palavra (Butler, 2021, p. 178, 179, 181). Os medos são alimentados para justificar a demissão de pessoas, a restrição do que pode ser dito, mostrado, ouvido e ensinado, e a estigmatização de docentes, profissionais e artistas como perigosos (Butler, 2024, p. 255). A censura, nesse contexto, é apresentada como um remédio para o mal, justificando o mal que ela causa pelo mal imaginário que busca impedir. Contudo, ironicamente, sempre que um censor enumera os termos que não deveriam ser ditos nem pensados, ele os reintroduz na linguagem e no pensamento, inflamando uma fantasia pública e arregimentando pessoas para sua causa (Butler, 2021, p. 110).

FIGURA 2 – Notícia sobre coação ou proibição de discussões sobre gênero em salas de aula

Mais de 90 propostas que coagem ou proíbem discussão de gênero na sala de aula tramitam pelo país

Já existem 90 propostas em tramitação pelo país que tentam evitar que os professores “façam a cabeça dos alunos”

JULIANA DAL PIVA
06/03/2018 - 08h00 - Atualizado 06/03/2018 08h00

Fonte: Época (2018)

2.2 GÊNERO, COLONIALIDADE E RACISMO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

O ataque à "ideologia de gênero" está intrinsecamente ligado a legados coloniais e raciais, ao associar o "gênero" a ameaças de imigração, miscigenação e à perda da "pureza nacional" (Butler, 2024, p. 342). O colonialismo, com sua expansão de mercado, estabeleceu o referencial binário e heteronormativo de gênero, suprimindo arranjos de parentesco e gênero pré-coloniais (Butler, 2024, p. 245). A obra de Aníbal Quijano, ao diferenciar colonialismo de colonialidade, destaca como o pensamento europeu e sua ideologia conquistaram subjetividades, mantendo o controle mesmo após a perda de domínio territorial (Quijano, 2019, p. 36). Essa "violência epistêmica" é um epistemicídio que se manifesta através do racismo, sexismo e da normalização de práticas violentas, transformando a natureza em história para justificar o domínio e a colonização, como destaca o autor.

Com a retórica de líderes como Viktor Orbán (Mudde, 2022, p. 11), que conecta o futuro da Europa ao seu "legado branco" e à necessidade de uma taxa de natalidade crescente, pode-se perceber como o gênero e a raça se entrelaçam para ameaçar a identidade nacional, justificando políticas anti-imigração e a insistência na reprodução "natural" (Butler, 2024, p. 342). A recusa em permitir que uma língua nacional sofra interferência de termos estrangeiros, ou mesmo em vislumbrar o multilinguismo, é um ataque a projetos nacionalistas e esforços para atingir a pureza nacional através da regulação da família e da sexualidade (Butler, 2024, p. 325).

As categorias de gênero e sexo, muitas vezes consideradas fixas e universais, são, na verdade, moldadas por essas hegemonias. Conceitos como *unongayindoda* (Matebeni, 2021, p. 565-75) e *gogo* (Matebeni, 2022, p. 316) em línguas africanas, por exemplo, revelam

arranjos de gênero e parentesco que desafiam os binarismos ocidentais e a homonormatividade. A imposição de um referencial monolíngue, especialmente do inglês, é uma forma de imperialismo cultural e linguístico (Butler, 2024, p. 324) que busca apagar as línguas e epistemologias locais. A tarefa crítica, portanto, não é apenas opor-se ao gênero, mas utilizá-lo como ponto de partida para uma crítica ao monolinguismo, ao nacionalismo e às potências coloniais (Butler, 2024, p. 335).

2.3 TÁTICAS E NORMALIZAÇÃO DA EXTREMA DIREITA NA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Cas Mudde, em *A Extrema Direita Hoje* (Mudde, 2022, p. 1), destaca a transformação preocupante da extrema direita, que, de um fenômeno marginal no final dos anos 1980, tornou-se intimamente conectada à elite política tradicional, e em muitos países, está se tornando a própria elite política. A "suposta crise dos refugiados de 2015" é citada como um fator importante nesse processo, onde a mídia tradicional e os políticos optaram por retratar o influxo de solicitantes de asilo como uma crise, dando munição à extrema direita já mobilizada (Mudde, 2022, p. 26).

É evidente que a extrema direita tem demonstrado crescente sucesso no papel de definição de agenda (Mudde, 2022, p. 20), muitas vezes auxiliada, ainda que de forma não evidente, por políticos oportunistas e veículos sensacionalistas da mídia tradicional (Mudde, 2022, p. 20). Eles conseguem manter questões como a imigração no centro do debate público, formulando a situação como uma ameaça e a integração nacional como um problema, segundo a análise de Cas Mudde. Embora os veículos de mídia não sejam de extrema direita, muitos sabem que a extrema direita "vende", transformando o sensacionalismo em receita e, assim, extrapolando a importância desses grupos. Ao tratar quase exclusivamente de assuntos como criminalidade, corrupção, imigração e terrorismo, a mídia indiretamente torna políticos e partidos de direita populista radical mais relevantes, como evidenciado no livro.

A ascensão da direita populista radical no poder pode mover um país em direção a um Estado antiliberal, debilitando a liberdade de imprensa, a independência dos tribunais, reprimindo direitos de grupos minoritários e enfraquecendo a separação de poderes. Em países como Brasil, Hungria e Polônia, líderes e partidos que antes eram considerados parte da direita tradicional ascenderam ao poder com rótulos contestados de direita populista radical (Mudde, 2022, p. 22).

A tática de "cordão de isolamento" (*cordon sanitaire*) aplicada a partidos da extrema direita, como o Bloco Flamengo na Bélgica, que proibia a formação de coalizões, tem se mostrado de efetividade mista (Mudde, 2022, p. 25, 28). Embora a exclusão do partido pudesse ocorrer, a negligência em abordar as pautas de seu eleitorado, como a imigração,

muitas vezes levou ao avanço eleitoral significativo de outros partidos que incorporaram essas agendas. A abordagem à extrema direita violenta, principalmente a ultrarradical, é vista como um problema de segurança pública, exigindo o combate dentro dos limites da lei para não enfraquecer a própria democracia liberal. Para ideias e grupos não violentos, iniciativas educacionais e políticas são fundamentais, sem cair na pura exclusão nem na pura inclusão, buscando a cooptação das ideias sem endossar os grupos.

2.4 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E AÇÃO COLETIVA

Diante do cenário complexo e da intensidade dos movimentos antigênero e da extrema direita, a resposta requer uma aliança ampla e uma visão ética e política convincente, como evidencia Judith Butler (2024). É crucial que os grupos atacados se unam de forma mais eficaz do que seus oponentes, forjando solidariedades que reconheçam e fortaleçam as interdependências (Butler, 2024, p. 235). A luta pelas liberdades e direitos de gênero deve estar atrelada à crítica do capitalismo, do racismo e da colonização, expandindo-se para incluir direitos básicos como moradia, alimentação e saúde. O gênero, longe de ser uma mera questão de identidade individual, é uma categoria que descreve a divisão do trabalho, a organização dos Estados e a distribuição desigual do poder.

A capacidade de ressignificar termos ofensivos, como "*queer*", ou de reapropriar-se de termos "corrompidos" como "liberdade" e "justiça" para novos significados, demonstra a "contradição performativa" (Butler, 2021, p. 156). Essa ressignificação permite que sujeitos excluídos da emancipação se apropriem da linguagem do universal, expondo suas limitações e desafiando para que esses padrões se tornem mais amplos e inclusivos. A performatividade, em seu sentido mais importante, não significa que o gênero é sempre escolhido, mas que o ato performativo pelo qual o gênero é reivindicado comunica as condições vivíveis para quem o reivindica.

Em contrapartida, a censura, é uma forma produtiva de poder, pois não apenas restringe, mas também forma sujeitos de acordo com normas implícitas e explícitas, determinando o que é dizível e o que não é (Butler, 2021, p. 194). No entanto, a censura nunca é totalmente completa, e a linguagem, em sua polissemia e caráter iterável, sempre excede o censor, abrindo espaço para ressignificações e contestação (Butler, 2021, p. 188). A oposição aos limites traçados pela forclusão ocorre precisamente ao retrair os próprios limites (Butler, 2021, p. 195).

É fundamental reconhecer que a liberdade não é um conceito estático; ela evolui em resposta a desafios históricos legítimos que expõem desigualdades e apagamentos incorporados em concepções anteriores. A negação de direitos fundamentais, como os direitos reprodutivos ou a autonomia corporal, é uma demonização do próprio exercício da liberdade, que busca incitar o medo para angariar apoio a um governo autoritário. O

combate a esses "fantasmas psicossociais" exige não apenas a exposição de suas falsidades, mas a construção de um contraimaginário poderoso e regenerativo que afirme a vida, o amor e a liberdade em um mundo vivível, mesmo diante das mais profundas diferenças (Butler, 2024, p. 336). A solidariedade, que implica conviver com antagonismos e não imitar a lógica destrutiva do adversário, é a condição para um futuro democrático onde o gênero e o desejo sejam parte integrante da liberdade e da igualdade (Butler, 2024, p. 235). Segundo Butler,

A tarefa é ajudar a produzir um mundo no qual possamos nos movimentar, respirar e amar sem medo da violência, com a esperança radical e irrealista de um mundo que não seja mais regido pelo sadismo moral disfarçado de moralidade. Em outras palavras, a resposta deve produzir uma visão ética e política convincente, que exponha e se oponha à crueldade e à destruição em circulação (Butler, 2024, p. 37).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O medo da destruição, a luta para imaginar e a forja da solidariedade configuram elementos centrais na disputa política contemporânea. A sociedade atual revela uma crescente incapacidade de projetar o futuro sob o signo da esperança. Em vez de vislumbrar alternativas emancipatórias, constrói-se o porvir como colapso, catástrofe e ruína. Judith Butler (2024, p. 237) identifica nesse fenômeno uma crise da imaginação política, que abre espaço para forças autoritárias mobilizarem o medo como mecanismo de controle. A extrema-direita e os movimentos antigênero instrumentalizam esse medo da destruição para promover uma retórica de salvação moral, elegendo o "gênero" como inimigo simbólico da ordem e da civilização.

Esses movimentos não apenas rejeitam a complexidade do debate sobre gênero, mas constroem um discurso paranoico em que o "fantasma do gênero" concentra as ansiedades coletivas produzidas por crises reais: o colapso ecológico, a precariedade estrutural e o esfacelamento das políticas sociais (Butler, 2024, p. 238, 242). Em vez de enfrentarem as causas concretas da destruição, essas forças convertem o gênero em um bode expiatório conveniente. Assim, promovem um deslocamento simbólico que alimenta projetos autoritários e bloqueia a possibilidade de reflexão crítica.

O movimento antigênero transforma o "gênero" em ameaça existencial e o associa à decadência cultural e moral. Justifica, com isso, o autoritarismo da Igreja (Butler, 2024, p. 256), a censura às liberdades acadêmicas e a repressão ao pensamento crítico (Butler, 2024, p. 256, 261). Patologiza as minorias, silencia dissidências e fortalece o controle moral sobre corpos e subjetividades. Ao apresentar a "ideologia de gênero" como uma doutrina imposta à força, esses grupos passam a se autodefinir como resistentes à opressão, quando, na

realidade, reproduzem formas de dominação. A retórica da guerra justa legitima o ódio sob o disfarce da virtude.

Nesse cenário, o anti-intelectualismo aparece como uma característica estruturante. Ao recusar a escuta, a dúvida e o pensamento complexo, o movimento antigênero elimina a possibilidade de debate informado e transforma a ignorância em ferramenta política. Combate o pensamento como se ele próprio fosse uma ameaça à ordem, criando condições para a proliferação de regimes autoritários e alianças fascistas (Butler, 2024, p. 277).

A conexão entre Gênero e Política no Brasil é um assunto de extrema importância, que deve ser explorado e compreendido no contexto atual. A mobilização da “ideologia de gênero” pela extrema-direita no Brasil, projetos de lei como o “Escola Sem Partido” e a intensa mobilização contra a educação sexual nas escolas revelam uma tentativa de imersão conservadora nas políticas públicas. Estes movimentos têm se mostrado eficazes em influenciar políticas nacionais e estaduais, alimentando uma retórica de que a educação sobre gênero está impondo uma “doutrinação ideológica” sobre as crianças. A censura ao discurso acadêmico e os ataques a professores são apenas alguns exemplos de como as estratégias de pânico moral têm sido canalizadas para práticas de controle social e político.

Diante desse panorama, impõe-se uma tarefa dupla: esvaziar o poder simbólico do fantasma do gênero e construir um novo imaginário político. Um imaginário que reconheça a dignidade de todas as formas de vida e que promova um horizonte de esperança radical, capaz de resgatar o desejo de existir em um mundo plural e justo. Cabe à crítica denunciar as verdadeiras causas da destruição – sejam elas econômicas, sociais ou ecológicas – e recusar a fantasia reacionária que desloca a culpa para o campo das identidades de gênero (Butler, 2024, p. 238, 242, 248).

Além disso, é fundamental reconhecer o papel crucial da mídia na amplificação desses discursos. A mídia tradicional, especialmente em momentos de crise, tem colaborado com a extrema-direita na construção do “pânico moral” ao retratar movimentos como os de gênero e os direitos LGBTQIA+ como ameaças à ordem social e cultural. Noticiários sensacionalistas e postagens virais nas redes sociais têm alimentado um ciclo de desinformação que legitima a política de censura e repressão a esses grupos, criando um ambiente de hostilidade em que os direitos das minorias ficam à mercê de retrocessos políticos.

A resposta à ascensão da extrema-direita não pode ser uniforme. Cas Mudde (2022, p. 17) destaca que não existe uma única tática ideal para conter os populismos autoritários. Defende-se, nesse sentido, o fortalecimento da democracia liberal como processo ativo, plural e em constante reinvenção. Butler (2024, p. 266, 271, 341) complementa essa análise ao afirmar que a luta pela liberdade de gênero exige a formação de coalizões amplas, que sustentem práticas de solidariedade interseccional. A frase de Bernice Johnson Reagon – “Se você está em uma coalizão e se sente confortável, você sabe que a coalizão não é ampla

o bastante” – ecoa como um chamado à construção de alianças complexas, heterogêneas e comprometidas com a transformação estrutural (Butler, 2024, p. 271).

Essas alianças precisam integrar a crítica ao capitalismo e a formulação de liberdades coletivas. Ao vincular a luta por direitos de gênero a outras lutas – contra o racismo, o colonialismo, a devastação ambiental e a mercantilização da vida –, cria-se um campo comum de resistência. Essa solidariedade insurgente não busca resolver as diferenças, mas operar dentro delas, reconhecendo sua potência política (Butler, 2024, p. 271, 289, 341).

A linguagem ocupa posição estratégica nesse processo. Conforme Butler demonstra em *Discurso de ódio* (2021, p. 43, 46, 47), o discurso odioso possui força de ferir, mas esse poder não é fixo. A resignificação de termos injuriosos permite transformar o insulto em resistência. A censura, ao tentar suprimir o discurso, pode acabar por reforçá-lo, ao produzir aquilo que visa eliminar (Butler, 2021, p. 196, 197). Por isso, torna-se necessário distinguir discurso de conduta e buscar formas não jurídicas de contestação. A crítica literária, filosófica e política representa uma ferramenta essencial na luta contra o ódio, pois amplia o que se pode dizer e imaginar. O multilinguismo e a prática da tradução também assumem papel crucial ao desestabilizar a hegemonia de sentidos e revelar a heterogeneidade constitutiva do gênero (Butler, 2024, p. 338, 339).

Como limitação, destaca-se o recorte temporal e o foco em discursos públicos, o que pode restringir a compreensão de dinâmicas locais e experiências individuais. Pesquisas futuras podem aprofundar a análise empírica de impactos dessas estratégias em comunidades específicas, explorar resistências locais e comparar o fenômeno brasileiro com contextos internacionais.

Por isso, a ameaça fascista impõe o desafio de reconhecer seus sinais e enfrentá-los com lucidez e coragem. Umberto Eco (2018) alerta para a permanência latente do fascismo sob formas mutantes e cotidianas. A tarefa não se limita à denúncia: exige a criação de um mundo onde o amor, a liberdade e a dignidade configurem o centro da vida social. A liberdade não deve ser concebida como um valor estático, mas como algo que se redefine diante dos desafios históricos, abrindo-se às experiências e demandas dos sujeitos silenciados (Butler, 2024, p. 220). A luta contemporânea exige, portanto, que se escolha o lado da vida vivível – um mundo em que o gênero, o desejo e a diferença deixem de ser ameaças e passem a integrar o horizonte comum da liberdade.

Apesar do esforço em mapear as principais estratégias discursivas e políticas da extrema-direita em torno da “ideologia de gênero”, este estudo apresenta algumas limitações. Destaca-se o recorte temporal e o foco em discursos públicos, o que pode restringir a compreensão de dinâmicas locais e experiências individuais. Pesquisas futuras poderão aprofundar a análise empírica dos impactos dessas estratégias em comunidades específicas, explorar formas de resistência localizadas e comparar o fenômeno brasileiro com contextos internacionais, ampliando o entendimento sobre as múltiplas faces do

pânico moral e suas consequências sociais. O enfrentamento dessas narrativas exige vigilância permanente, imaginação política e a construção de novas formas de solidariedade.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BARROCO, Maria Lucia S. Lukács e a crítica do irracionalismo: elementos para uma crítica da barbárie contemporânea. *In*: DEL ROYO, Marcos. **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BARROCO, Maria Lucia S. Não passarão: ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124, 2015.
- BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2021.
- BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução de Livia Almada, Maria Seincman e Susana Funck. São Paulo: Boitempo, 2024.
- DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Tradução de Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- ECO, Umberto. **Contra o fascismo**. Barcelona: Lumen, 2018. E-book.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 1970.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, v.1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Gui-Ihon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GRAFF, Agnieszka; KOROLCZUK, Elzbieta. **Anti-Gender Politics in the Populist Moment**. Londres: Routledge, 2021.
- MATEBENI, Zethu. **Reclaiming Africanness**: The Politics of Same-Sex Desire in Post-Apartheid South Africa. Agenda, 2021.
- MATEBENI, Zethu. **Queer in Africa**: LGBTQI Identities, Citizenship and Activism. Routledge, 2022.
- MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje**. Tradução de Laura Masson. São Paulo: Todavia, 2022.
- POLITIZE. **O que é ideologia de gênero e qual a polêmica por trás disso?** 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero/>. Acesso em: 13 jul. 2025.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina**. Anuario Mariateguiano, v. IX, n. 9, p. 201-246, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. **Ensayos en torno a la colonialidad del poder**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2019.

REVISTA ÉPOCA. **Escola sem partido**: professores acusam coação para não falarem sobre gênero. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/escola-sem-partido-professores-acusam-coacao-para-nao-falarem-sobre-genero-22772715.html>. Acesso em: 05 jul. 2025.

Recebido em: 13/07/2025

Aceito em: 04/12/2025